

Multiner S.A.
Informações trimestrais – ITR em
30 de junho de 2024
e relatório sobre a revisão de informações
trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1, em 30 de junho de 2024, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulado de R\$ 1.448.845 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R\$136.971 mil e consolidado de R\$ 147.753 mil, e naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante individual em R\$ 25.647 mil e consolidado em R\$ 421.191 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Contrato de reorganização e procedimento arbitral

Conforme Nota Explicativa nº 1.1, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. (“Partes”), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2024 não contemplam quaisquer efeitos decorrentes desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

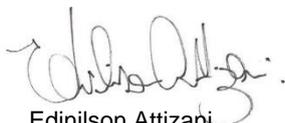
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.877.740
Preferenciais	6.843.557
Total	14.721.297
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	430.456	431.159
1.01	Ativo Circulante	1.702	1.972
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.017	1.153
1.01.06	Tributos a Recuperar	287	310
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	287	310
1.01.07	Despesas Antecipadas	380	412
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18	97
1.01.08.03	Outros	18	97
1.02	Ativo Não Circulante	428.754	429.187
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	418.391	418.794
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	410.348	410.519
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	44.842	45.013
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	300.348	300.348
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	65.158	65.158
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.043	8.275
1.02.01.10.04	Deposito vinculado	0	794
1.02.01.10.05	Outros créditos	2.876	2.314
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	5.167	5.167
1.02.02	Investimentos	10.135	10.148
1.02.02.01	Participações Societárias	6.750	6.763
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.750	6.763
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.385	3.385
1.02.03	Imobilizado	207	223
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	207	223
1.02.04	Intangível	21	22

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	430.456	431.159
2.01	Passivo Circulante	27.349	21.064
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	256	513
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	256	513
2.01.02	Fornecedores	168	64
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	168	64
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.005	498
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.005	498
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	6.005	498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.900	19.784
2.01.04.02	Debêntures	20.900	19.784
2.01.04.02.01	Debêntures	20.900	19.784
2.01.05	Outras Obrigações	20	205
2.01.05.02	Outros	20	205
2.01.05.02.04	Outras obrigações	20	205
2.02	Passivo Não Circulante	540.078	565.199
2.02.02	Outras Obrigações	76.657	72.416
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	76.657	72.416
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	76.657	72.416
2.02.04	Provisões	463.421	492.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47	45
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47	45
2.02.04.02	Outras Provisões	463.374	492.738
2.02.04.02.04	Provisão para perda de investimento	463.374	492.738
2.03	Patrimônio Líquido	-136.971	-155.104
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.448.845	-1.466.978
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.720	28.035	86.479	130.607
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-836	-1.313	6.441	6.781
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1	5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.556	29.348	80.037	123.821
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.720	28.035	86.479	130.607
3.06	Resultado Financeiro	-7.874	-9.902	-237	-2.622
3.06.01	Receitas Financeiras	35	101	36	74
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.909	-10.003	-273	-2.696
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.846	18.133	86.242	127.985
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.846	18.133	86.242	127.985
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.846	18.133	86.242	127.985
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,24965	1,17704	5,59808	8,30766
3.99.01.02	PNA	0,27461	1,29474	6,15788	9,13843
3.99.01.03	PNC	0,27212	1,28297	6,1019	9,05535
3.99.01.04	PND	0,26962	1,2712	6,04592	8,97228

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.846	18.133	86.242	127.985
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.846	18.133	86.242	127.985

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.182	-21.929
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.761	6.726
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.579	-28.655
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	794	-1.529
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.252	23.703
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-136	245
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.153	1.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.017	1.437

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.133	0	18.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.133	0	18.133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.448.845	-87.870	-136.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.696.905	-87.870	-385.031
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.696.905	-87.870	-385.031
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.985	0	127.985
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.985	0	127.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.568.920	-87.870	-257.046

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	0	5
7.01.02	Outras Receitas	0	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-644	6.885
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-642	6.763
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-71
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-26
7.02.04	Outros	-2	219
7.03	Valor Adicionado Bruto	-644	6.890
7.04	Retenções	-17	-61
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17	-61
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-661	6.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.449	123.895
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.348	123.821
7.06.02	Receitas Financeiras	101	74
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.788	130.724
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.788	130.724
7.08.01	Pessoal	535	-190
7.08.01.01	Remuneração Direta	263	-687
7.08.01.02	Benefícios	40	117
7.08.01.03	F.G.T.S.	6	31
7.08.01.04	Outros	226	349
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86	161
7.08.02.01	Federais	86	155
7.08.02.03	Municipais	0	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.034	2.768
7.08.03.01	Juros	4.345	2.520
7.08.03.02	Aluguéis	31	72
7.08.03.03	Outras	5.658	176
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.133	127.985
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.133	127.985

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.009.873	1.970.374
1.01	Ativo Circulante	692.331	576.195
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	548.589	436.317
1.01.03	Contas a Receber	73.293	70.159
1.01.03.01	Clientes	67.866	64.251
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.427	5.908
1.01.04	Estoques	22.921	25.147
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.276	12.558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.276	12.558
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35.252	32.014
1.01.08.03	Outros	35.252	32.014
1.01.08.03.01	Arrendamento mercantil	21.941	21.338
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	3.801	3.373
1.01.08.03.03	Outros créditos	9.510	7.303
1.02	Ativo Não Circulante	1.317.542	1.394.179
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	645.580	685.049
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	408.117	408.117
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	42.611	42.611
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	300.348	300.348
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	65.158	65.158
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	237.463	276.932
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	5.476	5.452
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	53.742	86.692
1.02.01.10.06	Arrendamento mercantil	33.252	44.376
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados	142.117	138.098
1.02.01.10.08	Outros créditos	2.876	2.314
1.02.02	Investimentos	3.385	3.385
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.385	3.385
1.02.03	Imobilizado	603.890	636.107
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	591.250	622.395
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.640	13.712
1.02.04	Intangível	64.687	69.638
1.02.04.01	Intangíveis	64.687	69.638
1.02.04.01.02	Intangível	64.687	69.638

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.009.873	1.970.374
2.01	Passivo Circulante	1.113.522	1.053.623
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.108	1.162
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.108	1.162
2.01.02	Fornecedores	16.004	18.398
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.004	18.398
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.062	9.011
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.876	4.521
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.033	134
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	8.843	4.387
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.093	4.334
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	93	156
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	980.421	944.414
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	959.521	924.630
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	959.521	924.630
2.01.04.02	Debêntures	20.900	19.784
2.01.05	Outras Obrigações	100.927	80.638
2.01.05.02	Outros	100.927	80.638
2.01.05.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	883	918
2.01.05.02.05	Outras obrigações	100.044	79.720
2.02	Passivo Não Circulante	1.044.104	1.083.718
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	381.984	426.625
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	381.984	426.625
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	381.984	426.625
2.02.02	Outras Obrigações	553.253	547.172
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	391.284	391.284
2.02.02.02	Outros	161.969	155.888
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	17.138	17.752
2.02.02.02.05	Outras obrigações	1.552	992
2.02.02.02.06	Fornecedores nacionais	143.279	137.144
2.02.03	Tributos Diferidos	28.381	30.225
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.381	30.225
2.02.04	Provisões	80.486	79.696
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.679	25.657
2.02.04.01.05	Outras demandas judiciais	23.679	25.657
2.02.04.02	Outras Provisões	56.807	54.039
2.02.04.02.04	Provisões para desmobilização de ativo	47.626	44.858
2.02.04.02.05	Provisões passivo a descoberto	9.181	9.181
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-147.753	-166.967
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.448.845	-1.466.978
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-10.782	-11.863

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.745	100.369	65.630	135.005
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.097	-86.152	-45.011	-99.853
3.03	Resultado Bruto	9.648	14.217	20.619	35.152
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.875	-5.997	19.269	34.397
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.877	-5.997	6.875	9.157
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	12.394	25.239
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1	0	0	1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.773	8.220	39.888	69.549
3.06	Resultado Financeiro	-701	15.499	50.666	65.384
3.06.01	Receitas Financeiras	48.734	97.336	54.202	111.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.435	-81.837	-3.536	-45.871
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.072	23.719	90.554	134.933
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.847	-4.505	-1.915	-2.950
3.08.01	Corrente	-2.768	-6.348	-2.836	-4.793
3.08.02	Diferido	921	1.843	921	1.843
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.225	19.214	88.639	131.983
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.225	19.214	88.639	131.983
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.846	18.133	86.242	127.985
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	379	1.081	2.397	3.998
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,24965	1,17704	5,59808	8,30766
3.99.01.02	PNA	0,27461	1,29474	6,15788	9,13843
3.99.01.03	PNC	0,27212	1,28297	6,1019	9,05535
3.99.01.04	PND	0,26962	1,2712	6,04592	8,97228

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.225	19.214	88.640	131.983
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.225	19.214	88.640	131.983
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.846	18.133	86.242	127.985
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	379	1.081	2.398	3.998

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	146.709	149.538
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.298	136.486
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	86.411	13.052
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.025	-8.529
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.412	-77.646
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	112.272	63.363
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	436.317	267.242
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	548.589	330.605

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.133	0	18.133	1.081	19.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.133	0	18.133	1.081	19.214
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.448.845	-87.870	-136.971	-10.782	-147.753

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.696.905	-87.870	-385.031	-18.950	-403.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.696.905	-87.870	-385.031	-18.950	-403.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.985	0	127.985	3.998	131.983
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.985	0	127.985	3.998	131.983
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.568.920	-87.870	-257.046	-14.952	-271.998

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	118.817	212.638
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	118.817	179.203
7.01.02	Outras Receitas	0	25.247
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	8.188
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54.976	-55.623
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-35.436	-33.703
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.670	-22.281
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-24
7.02.04	Outros	1.130	385
7.03	Valor Adicionado Bruto	63.841	157.015
7.04	Retenções	-36.102	-33.960
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.102	-33.960
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.739	123.055
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.336	111.257
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	1
7.06.02	Receitas Financeiras	97.336	111.256
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.075	234.312
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.075	234.312
7.08.01	Pessoal	4.937	7.841
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.691	2.698
7.08.01.02	Benefícios	949	3.433
7.08.01.03	F.G.T.S.	154	275
7.08.01.04	Outros	1.143	1.435
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.442	41.968
7.08.02.01	Federais	9.901	16.071
7.08.02.02	Estaduais	7.539	25.864
7.08.02.03	Municipais	2	33
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.482	52.520
7.08.03.01	Juros	50.883	52.941
7.08.03.02	Aluguéis	1.645	6.648
7.08.03.03	Outras	30.954	-7.069
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.214	131.983
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.133	127.985
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.081	3.998

Multiner S.A.

Relatório Trimestral 2T24

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 (“2T24” ou “1S24”) da Multiner S.A. (“Companhia” ou “Multiner”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência do “CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias” e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. **As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.** Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias, apresentadas em reais mil.

Destaques dos Períodos

	2T24	2T23	Δ %	1S24	1S23	Δ %
Receita Operacional Líquida	51,6	65,6	-21%	100,5	135,1	-26%
Lucro Bruto	9,5	20,6	-54%	14,3	35,2	-59%
Margem bruta	18%	31%	-13 p.p.	14%	26%	-12 p.p.
EBITDA	24,1	55,0	-56%	43,1	101,8	-58%
Margem EBITDA	47%	84%	-37 p.p.	43%	75%	-32 p.p.
Lucro líquido do período	4,1	88,7	-95%	19,3	132,1	-85%

Desempenho Operacional – NEO

A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) possui dois parques eólicos Alegria I e II, tem capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Está em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPAR – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional.

No 2T24, o Parque Alegria I, atingiu geração líquida de 14,2 MW médio, refletindo uma redução de 32% em relação ao 2T23, que registrou uma geração líquida de 21 MW médio. De forma similar, o Parque Alegria II registrou uma geração líquida de 24,5 MW médio no 2T24 ante 35 MW médio de geração no 2T23, uma redução de 30% entre trimestres.

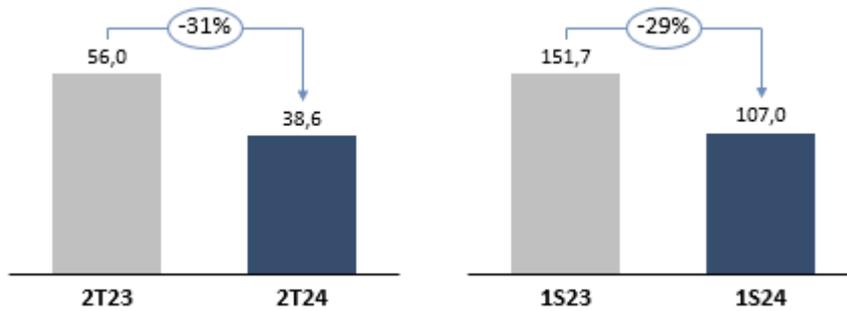
Comentário do Desempenho

Já em relação ao 1S24, o Parque Alegria I, atingiu geração líquida de 38,1 MW médio, uma redução de 30% em relação ao 1S23, que atingiu uma geração de 54,6 MW médio. O Parque Alegria II acompanhou esse movimento e registrou uma geração líquida de 68,8 MW médio no 1S24 ante 97 MW médio de geração no 1S23, uma redução de 29% entre semestres.

Os Parques Eólicos Alegria I e Alegria II tiveram o segundo pior valor de geração registrada para o mês de junho quando comparada a série histórica desde 2014. Os principais fatores que afetaram a geração foram: as restrições de geração do ONS e as falhas de pás das turbinas WTG02 e WTG18 em Alegria I e as falhas de pás das turbinas WTG21 e WTG61. Somado a isso, a média da velocidade do vento para Alegria I e II em junho de 2024 teve o segundo pior valor quando comparado ao mesmo período desde 2014

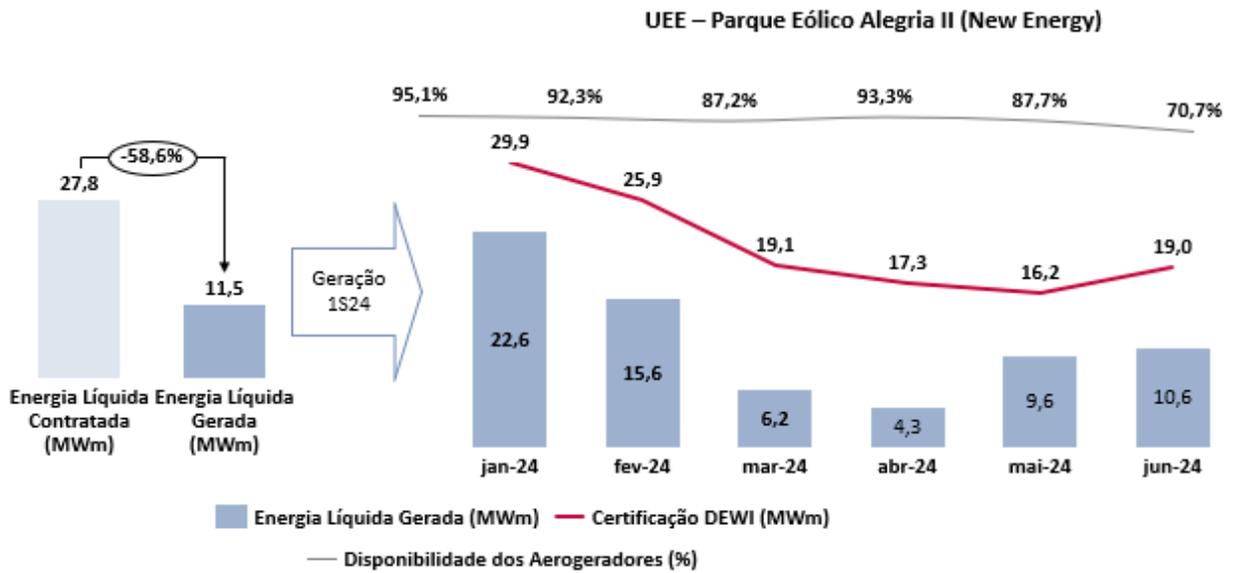
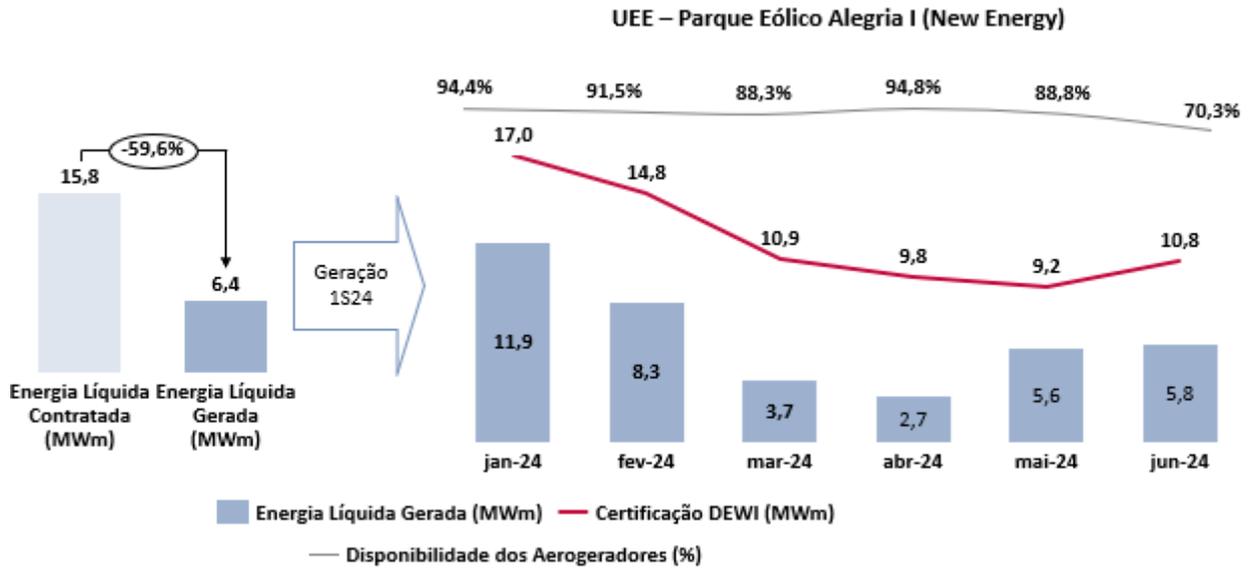
A piora na média da velocidade do vento e o aumento das restrições de geração do ONS foram os principais fatores para as gerações de Alegria I e II em junho de 2024 estarem, em média, 31% menor que a geração em junho de 2023. Além disso, em junho de 2024, a disponibilidade operacional de Alegria I ficou em 70% devido, principalmente, as restrições de geração do ONS. E, também, devido as falhas de pás das turbinas WTG02 e WTG18 e as falhas e manutenções corretivas de turbinas. Alegria II ficou em 71% devido, principalmente, as restrições de geração do ONS. E, também, devido as falhas de pás das turbinas WTG21 e WTG61 e as falhas e manutenções corretivas de turbina.

No gráfico adiante é apresentado o comparativo da geração líquida em MW médio do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II) nos períodos do 2T23 x 2T24 e 1S23 x 1S24:



Comentário do Desempenho

Os gráficos adiante apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período dos Parques Eólicos Alegria I e II:



Comentário do Desempenho

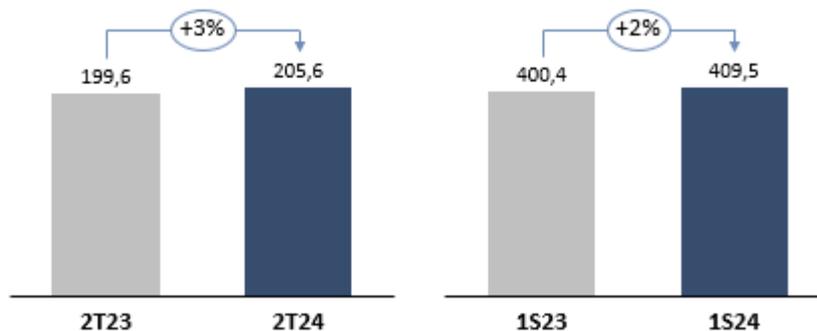
Desempenho Operacional – Raesa

A controlada Raesa, atualmente, está equipada com cinco motores WÄRTSILÄ W18V50SG, equipamentos convertidos em 2021 para operar exclusivamente com Gás Natural. Essa alteração resultou em uma melhora significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW.

No 2T24 a geração líquida da controlada Raesa foi de 205,6 MW médio e no 1S24 foi de 409,5 MW médio, o que reflete um índice de atendimento médio ao contrato de 102,5%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte é de 65,0 MW médios. O bom desempenho operacional da usina ao longo desse período permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100,0%, o que ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100,0% a Gás Natural, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos.

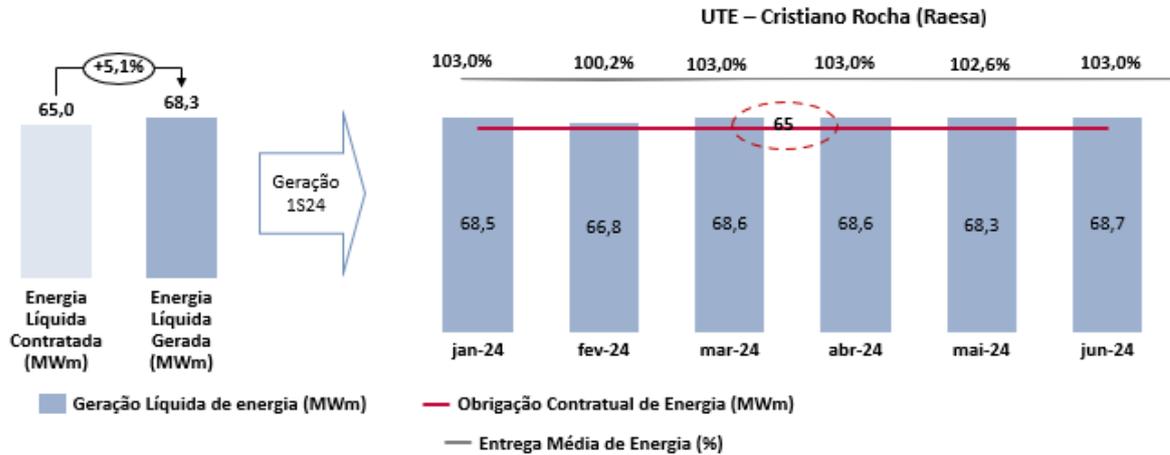
Ainda no 2T24, foi realizada a manutenção preventiva de 4.000 horas da UG 21. Além disso, houve o Desligamento da usina devido alarme de vazamento de gás na área da rampa de gás da unidade geradora 021. Os motores 01, 03 e 05 saíram de operação provisoriamente.

No gráfico adiante é apresentado o comparativo da geração líquida em MW médio de Raesa nos períodos do 2T23 x 2T24 e 1S23 x 1S24:



Comentário do Desempenho

No gráfico adiante é apresentada a entrega média de energia, e o acompanhamento da geração mensal do período:



Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No 2T24, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o trimestre com a controlada Raesa com 1.000 dias sem acidentes com afastamento, e a controlada NEO com 628 dias sem acidentes com afastamento no Parque Eólico Alegria I e 647 dias sem acidentes com afastamento no Parque Eólico Alegria II.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada nas usinas.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro¹

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	60,9	70,3	(9,4)	-13%	118,9	152,4	(33,5)	-22%
Deduções da Receita	(9,1)	(4,7)	(4,4)	94%	(18,4)	(17,3)	(1,1)	6%
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(5,6)	(5,4)	(0,2)	4%	(11,2)	(10,5)	(0,7)	7%
Pesquisa e desenvolvimento	(0,4)	(0,5)	0,1	-20%	(0,9)	(0,9)	-	0%
Outros impostos	(3,1)	1,2	(4,3)	-358%	(6,3)	(5,9)	(0,4)	7%
Receita operacional líquida	51,8	65,6	(13,8)	-21%	100,5	135,1	(34,6)	-26%
(-) Custo operacionais	(42,1)	(45,0)	2,9	-6%	(86,2)	(99,9)	13,7	-14%
Lucro Bruto	9,7	20,6	(10,9)	-53%	14,3	35,2	(20,9)	-59%
Margem bruta	19%	31%		-13 p.p.	14%	26%		-12 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(2,9)	6,9	(9,8)	-142%	(6,0)	9,2	(15,2)	-165%
Outras (despesas) receitas	-	12,4	(12,4)	-100%	-	25,2	(25,2)	-100%
Resultado equivalência patrimonial	-	-	-	0%	-	-	-	0%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	6,8	39,9	(33,1)	-83%	8,3	69,6	(61,3)	-88%
Despesas financeiras	(49,4)	(3,5)	(45,9)	1311%	(81,8)	(45,9)	(35,9)	78%
Receitas financeiras	48,7	54,2	(5,5)	-10%	97,3	111,3	(14,0)	-13%
Resultado financeiro líquido	(0,7)	50,7	(51,4)	-101%	15,5	65,4	(49,9)	-76%
Resultado antes do IR e CS	6,1	90,6	(84,5)	-93%	23,8	135,0	(111,2)	-82%
IRPJ/CSLL corrente	(7,0)	(16,5)	9,5	-58%	(15,6)	(22,1)	6,5	-29%
IRPJ/CSLL diferido	0,9	0,9	-	0%	1,8	1,8	-	0%
Incentivos fiscais	4,3	13,7	(9,4)	-69%	9,3	17,4	(8,1)	-47%
Lucro líquido do período	4,3	88,7	(84,4)	-95%	19,3	132,1	(112,8)	-85%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 2T24 com uma receita operacional bruta de R\$ 60,9 milhões frente a R\$ 70,3 milhões no 2T23, uma redução de R\$ 9,4 milhões ou -13%, sendo que desta variação: **(i)** R\$ 13,1 milhões refere-se a entrega inferior de energia da controlada Neo, em comparação com o mesmo período; **(ii)** R\$ 3,7 milhões refere-se redução da Receita com O&M da controlada Raesa, referente ao contrato de suprimento de energia estabelecido junto à Amazonas Energia, a qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina;

Já em relação ao 1S24, a Companhia encerrou o período com um total de R\$ 118,9 milhões de receita operacional bruta, uma redução de R\$ 33,5 milhões ou -22% em relação ao montante de R\$ 152,4 milhões apurado no 1S23, impactado, principalmente, pela entrega de energia inferior da controlada Neo no período.

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Venda de energia contratada*	48,2	61,3	(13,1)	-21%	93,5	126,6	(33,1)	-26%
Receita com operação e manutenção - O&M	12,6	8,9	3,7	42%	25,2	25,7	(0,5)	-2%
Outras receitas operacionais	0,1	0,1	-	0%	0,2	0,1	0,1	100%
Receita operacional bruta	60,9	70,3	(9,4)	-13%	118,9	152,4	(33,5)	-22%

*A receita de suprimento de venda de energia da controlada Raesa está contabilizada no Resultado Financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 2T24 em R\$ 51,8 milhões frente a R\$ 65,6 milhões no 2T23, uma redução de R\$ 13,8 milhões ou -21% também impactado pela entrega inferior de energia da controlada Neo e redução da Receita com O&M da controlada Raesa apuradas no 2T24.

¹ Em base consolidada e em milhões de reais

Comentário do Desempenho

Em relação ao 1S24, a receita operacional líquida da Companhia seguiu o mesmo comportamento, apresentando uma redução de R\$ 34,6 milhões ou -26% (R\$ 100,5 milhões no 1S24 frente R\$ 135,1 milhões no 1S23).

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	60,9	70,3	(9,4)	-13%	118,9	152,4	(33,5)	-22%
Deduções da Receita	(9,1)	(4,7)	(4,4)	94%	(18,4)	(17,3)	(1,1)	6%
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(5,6)	(5,4)	(0,2)	4%	(11,2)	(10,5)	(0,7)	7%
Pesquisa e desenvolvimento	(0,4)	(0,5)	0,1	-20%	(0,9)	(0,9)	-	0%
Outros impostos	(3,1)	1,2	(4,3)	-358%	(6,3)	(5,9)	(0,4)	7%
Receita operacional líquida	51,8	65,6	(13,8)	-21%	100,5	135,1	(34,6)	-26%

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 2T24 com os custos operacionais no patamar de R\$ (42,1) milhões, uma redução de R\$ (2,9) milhões ou -6% frente ao montante de R\$ (45,0) milhões registrado no 2T23. A redução dos custos operacionais do 2T24 foi fortemente impactada pela **(i)** redução dos custos de operação e manutenção de R\$ 3 milhões, visto o reparo das pás eólicas da controlada Neo ocorrido no 2T23.

Já em relação ao 1S24, os custos operacionais da Companhia encerraram em R\$ (86,2) milhões frente a R\$ (100) milhões no 1S23, uma redução de R\$ 13,8 milhões ou -14% entre períodos em razão de: **(i)** redução dos custos de operação e manutenção de R\$ 8,1 milhões, fruto do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada Neo; **(ii)** redução R\$ 3,8 milhões de salários e encargos devido a terceirização da equipe de operação e manutenção da controlada Raesa e remuneração variável ocorrida no 1S23; **(iii)** redução de R\$ 5,1 milhões em aluguel de máquinas e equipamentos decorrente da conclusão do cronograma de reparo das pás eólicas no 1S23 e **(iv)** variação de R\$ 2,6 milhões na rubrica de depreciação e amortização.

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Depreciação e Amortização	(17,5)	(15,1)	(2,4)	16%	(34,8)	(32,2)	(2,6)	8%
Operação e Manutenção	(14,8)	(17,8)	3,0	-17%	(32,1)	(40,2)	8,1	-20%
Salários e encargos	(2,0)	(2,6)	0,6	-23%	(4,0)	(7,8)	3,8	-49%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(4,6)	(4,3)	(0,3)	7%	(9,1)	(8,5)	(0,6)	7%
Seguros	(1,6)	(1,4)	(0,2)	14%	(3,1)	(2,8)	(0,3)	11%
Aluguel de máquinas e equipamentos	(0,1)	(2,7)	2,6	-96%	(0,6)	(5,7)	5,1	-89%
Outros custos	(1,5)	(1,1)	(0,4)	36%	(2,5)	(2,8)	0,3	-11%
Total custos operacionais	(42,1)	(45,0)	2,9	-6%	(86,2)	(100,0)	13,8	-14%

Comentário do Desempenho

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas do 2T24 atingiu R\$ (2,8) milhões, uma redução de R\$ 9,6 milhões ou -141% em relação ao montante de R\$ 6,8 milhões registrado no 2T23, impactada, principalmente, pela variação de R\$ (7,6) milhões da rubrica de serviços de terceiros em razão da menor necessidade da contratação de serviços de terceiros no 2T24 e R\$ (2,7) referente a reversão da provisão de devedores duvidosos referente ao crédito da Conta de Consumo Combustível em razão do reprocessamento apurado pela CCEE durante o 2T23.

No 1S24, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ (5,9) milhões frente a R\$ 9,1 milhões no 1S23, uma redução de R\$ 15 milhões, fruto da reversão para devedores duvidosos de R\$ 8,2 milhões no 1S23 e variação de R\$ (7,2) milhões da rubrica de serviços de terceiros que reflete a reestruturação administrativa ocorrida a partir de maio de 2023.

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Serviços de terceiros	(1,2)	6,4	(7,6)	-119%	(2,8)	4,4	(7,2)	-164%
Honorários da Administração e Conselho	(0,8)	(0,8)	-	0%	(1,3)	(1,7)	0,4	-24%
Reversão para devedores duvidosos	-	2,7	(2,7)	-100%	-	8,2	(8,2)	-100%
Despesas de viagens	-	(0,1)	0,1	-100%	(0,1)	(0,2)	0,1	-50%
Salários e encargos	(0,1)	(0,4)	0,3	-75%	(0,3)	0,5	(0,8)	-160%
Outras despesas	(0,7)	(1,0)	0,3	-30%	(1,4)	(2,1)	0,7	-33%
Total despesas gerais e administrativas	(2,8)	6,8	(9,6)	-141%	(5,9)	9,1	(15,0)	-165%

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas apresentou uma redução expressiva entre trimestres, ocorrido em razão do benefício apurado relacionado a Conta de Consumo Combustível da controlada Raesa que gera benefício de reembolsos de consumo de óleo combustível relativo à conversão dos motores. O referido benefício foi finalizado no exercício de 2023.

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Sub-rogação CCC (i)	-	12,4	(12,4)	-100%	-	25,2	(25,2)	-100%
Outras receitas (despesas)	-	-	-	0%	-	0,1	(0,1)	-100%
Total outras receitas e despesas operacionais	-	12,4	(12,4)	-100%	-	25,3	(25,3)	-100%

Comentário do Desempenho

EBITDA

No 2T24 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 24,1 milhões frente a R\$ 55 milhões no 2T23, uma redução de R\$ 30,9 milhões ou -56%, relativo, principalmente, a redução do lucro líquido apurado no período. O EBITDA do 1S24 seguiu o mesmo comportamento do trimestre, atingindo um total de R\$ 43,1 milhões frente a R\$ 101,8 milhões no 1S23.

EBITDA	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Lucro líquido do período	4,1	88,7	(84,6)	-95%	19,3	132,1	(112,8)	-85%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	0,7	(50,7)	51,4	-101%	(15,5)	(65,4)	49,9	-76%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	1,8	1,9	(0,1)	-5%	4,5	2,9	1,6	55%
(+) depreciação, amortização e exaustão	17,5	15,1	2,4	16%	34,8	32,2	2,6	8%
(+) resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	0%	-	-	-	0%
EBITDA	24,1	55,0	(30,9)	-56%	43,1	101,8	(58,7)	-58%
Margem EBITDA	47%	84%	-37 p.p.		43%	75%	-32 p.p.	

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

A Companhia encerrou o período findo em 30 de junho de 2024 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 1.362,4 milhões, montante 1% menor ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.371,0 milhões. Em relação à dívida líquida, o saldo de 30 de junho de 2024 apresentou uma variação de R\$ 120,9 milhões em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 934,7 milhões.

Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o período findo em 30 de junho de 2024 com R\$ 548,6 milhões versus R\$ 436,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$ 112,3 milhões, com isso, o saldo final apurado da dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 813,8 milhões no 2T24.

	30.06.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	548,6	436,3	112,3	26%
Caixa	65,0	32,9	32,1	98%
Aplicações Financeiras	483,6	403,4	80,2	20%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	1.362,4	1.371,0	(8,6)	-1%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(813,8)	(934,7)	120,9	-13%

Debêntures

No 2T24 o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R\$ 20,9 milhões (R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo contabilizado 100% no passivo circulante.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 2T24 atingiu o saldo líquido de R\$ 4,9 milhões, estando 90% abaixo ou R\$ 46,3 milhões do saldo apurado no 2T23 de R\$ 51,2 milhões. A principal variação apurada nas receitas financeiras foi devido a receita de R\$ 5,2 milhões em decorrência da atualização financeira do reprocessamento dos créditos da Conta de Consumo de Combustíveis -CCC no 2T23 e R\$ 15,5 milhões no 1S23, impactando os resultados apurados em ambos os períodos.

Já em relação a despesa financeira a principal variação apurada entre trimestres foi a variação de R\$ 40,3 milhões e R\$ 30,8 milhões entre semestres, referente a juros e variação monetária das debêntures em razão do indexador IGP-M que em 30 de junho de 2024 foi de 2,45% e em 30 de junho de 2023 foi de -6,86%.

	2T24	2T23	Δ R\$	Δ %	1S24	1S23	Δ R\$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira (i)	15,8	12,6	3,2	25,4%	29,8	24,5	5,3	21,6%
Receita e juros de arrendamento financeiro (ii)	30,6	32,6	(2,0)	-6,1%	61,2	64,4	(3,2)	-5,0%
Receita de reprocessamento CCEE (iii)	-	5,2	(5,2)	-100,0%	-	15,5	(15,5)	-100,0%
Bônus adimplência	2,0	2,3	(0,3)	-13,0%	4,1	4,6	(0,5)	-10,9%
Outras receitas financeiras (iv)	0,3	1,6	(1,3)	-81,3%	2,2	2,3	(0,1)	-4,3%
Total receitas financeiras	48,7	54,3	(5,6)	-10%	97,3	111,3	(14,0)	-13%
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(36,0)	4,3	(40,3)	-937,2%	(57,9)	(27,1)	(30,8)	113,7%
Acréscimos contratuais	(4,5)	(3,9)	(0,6)	15,4%	(10,0)	(9,0)	(1,0)	11,1%
Atualização de arrendamentos	(0,7)	(0,8)	0,1	-12,5%	(1,5)	(1,9)	0,4	-21,1%
Provisão para desmobilização	(0,8)	(1,1)	0,3	-27,3%	(2,1)	(2,6)	0,5	-19,2%
Outras despesas financeiras	(1,8)	(1,6)	(0,2)	12,5%	(3,9)	(4,4)	0,5	-11,4%
Total despesas financeiras	(43,8)	(3,1)	(40,7)	1313%	(75,4)	(45,0)	(30,4)	68%
Total resultado financeiro	4,9	51,2	(46,3)	-90%	21,9	66,3	(44,4)	-67%

Eventos Subsequentes

Em abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 e com as opiniões expressas no relatório de revisão de informações intermediárias da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Comentário do Desempenho

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A, e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2024.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: **(i)** 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela *Planner* Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o “FIP Multiner”), 27,78% de ações detidas em conjunto pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (“Grupo Bolognesi”). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: **(i)** Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e **(ii)** Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em **(i)** usinas de geração de energia termoelétrica a gás natural (“UTE”) e **(ii)** usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWh¹ de capacidade instalada em 30 de junho de 2024.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”) – UTE Cristiano Rocha (i)	GNL	Em operação	Resolução nº 733	20/05/2005	20/05/2025(i)	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. (“Itapebi”)	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. (“Monte Pascoal”)	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. (“Pernambuco IV”)	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. (“Termopower V”)	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. (“Termopower VI”)	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

(i) A controlada indireta RIO AMAZONAS ENERGIA S/A, celebrou em 20/05/2005, na qualidade de contratada, o contrato de suprimento de energia elétrica, de produtor independente de energia (PIE) com a então denominada MANAUS ENERGIA S.A., atual ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte S.A.), na qualidade de contratante, na modalidade BOT (*Buid, Operate and Transfer*), ou seja, responsável pela realização de investimentos em bens e instalações e a obrigação de projetar, construir, operar, manter e, ao final, transferir ao contratante a usina e equipamentos de conexão. O prazo de vigência deste contrato é de 20 anos, com término em 20/05/2025, quando o empreendimento (ativos) deverá ser revertido (transferência

¹ Informação não financeira não auditada.

de titularidade) ao patrimônio da contratante.

1.1. Contrato de Reorganização e Procedimento Arbitral

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, **(i)** a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como **(ii)** a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de **(i)** não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e **(ii)** envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

Diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$391.284, conforme Notas Explicativas nos 1.2 e 7.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas as debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

1.2. Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas as dívidas conversíveis e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua investida RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner) e Postalís (CCBs NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito as negociações que estão em andamento.

1.3 Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$ 136.971 (R\$ 155.104 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 147.753 (R\$ 166.967 em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.448.845 (R\$ 1.466.978 em 31 de dezembro de 2023), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 25.647 (R\$ 19.092 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 421.191 (R\$ 477.427 em 31 de dezembro de 2023), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição final envolve acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 30 de junho de 2024, foram preparadas de acordo com a NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITRs). Essas informações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas a sua divulgação ao mercado pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2024 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 09 de agosto de 2024.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas nas Notas Explicativas nºs 3 e 12 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 3.

3. Entidades do Grupo

Controladas diretas

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	30/06/2024	31/12/2023
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) (i)	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”) através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 30 de junho de 2024. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%.

Controlada em conjunto (“joint ventures”)

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Participação acionária	
	30/06/2024	31/12/2023
Companhia Energética do Uruguai S.A. – (“CEU”)	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia aplica o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica e socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia até 2025.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Bancos	4	112	64.972	32.891
Aplicações financeiras (i)	1.013	1041	483.617	403.426
	1.017	1.153	548.589	436.317

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 101,05% do CDI em 30 de junho 2024 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	41.406	41.423
Empresa Brasileira de Part. Em Energia Nuclear e BIN S.A. (ii)	29.763	26.131
Outras contas a receber	5.427	5.908
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(3.303)	(3.303)
	73.293	70.159
Circulante	73.293	70.159
Não circulante	-	-

- (i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de junho de 2024 a ser liquidado até agosto de 2024;
- (ii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de maio a junho de 2024, a serem liquidados em julho e agosto de 2024, respectivamente; e
- (iii) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a, R\$ 393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST na controlada RAESA e R\$ 2.910 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativa à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, apresentados em outras contas a receber nesta nota da controlada NEO.

5.1. Movimentação do PECLD

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	3.303	17.025
Reversão (iii)	-	(13.728)
Adições	-	6
Saldo final	3.303	3.303

- (iii) Do valor apresentado em 2023 da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 13.728 refere-se ao processo do CCC-Isol, conforme Nota Explicativa 24.1 (ii), durante o exercício de 2023 a Companhia reverteu a totalidade da provisão de acordo com o valor recebido em caixa pela Companhia pelo reprocessamento do CCC-Isol pelo órgão regulador, demais saldos estão descritos no item (iii) acima.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ (i)	123	148	29.813	57.718
IRRF (i)	32	26	10.118	7.597
CSLL (i)	-	-	5.451	13.749
COFINS (ii)	107	110	16.953	16.525
PIS (ii)	24	26	3.682	3.589
Outros impostos a recuperar	1	-	1	72
Total	287	310	66.018	99.250
Circulante	287	310	12.276	12.558
Não circulante	-	-	53.742	86.692

- (i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada RAESA que detém de R\$ 39.037 de créditos dos períodos de 2015 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$ 32.582 relativos a créditos de 2012 a 2015, atualizados até junho de 2024, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$ 8.526 relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PER/DCOMP, sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício. Entre março e junho de 2024 a RAESA restituiu o montante de R\$ 35.000 referente a créditos dos períodos de 2009 a 2015; e
- (ii) A controlada indireta RAESA registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada RAESA apurou o montante de contribuições a recuperar de R\$ 17.564, acrescidos de atualização pela SELIC, saldo corrigido até junho de 2024 é de R\$ 20.501. Por essas razões a Companhia está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

Consolidado	
2024	12.276
2025	-
A partir de 2026	53.742
	66.018

7. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

7.1. Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo a receber:				
Cia. Energética do Uruguai S.A. ("CEU") (i)	19.256	19.256	19.256	19.256
2007 Participações S.A.	140	124	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	935	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	935	-	-
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (ii)(a)	278.323	278.323	278.323	278.323
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (ii)(b)	46.294	46.294	46.294	46.294
New Energy Options S.A. (v)	221	408	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III") (iv)	33.126	33.126	33.126	33.126
Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") (iii)	65.158	65.158	65.158	65.158
	444.388	444.559	442.157	442.157
<i>Provisão para valor recuperável</i>				
Bolognesi Energia	(30.104)	(30.104)	(30.104)	(30.104)
Outras empresas do Grupo	(3.936)	(3.936)	(3.936)	(3.936)
	(34.040)	(34.040)	(34.040)	(34.040)
	410.348	410.519	408.117	408.117

(i) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$ 7.030, mais juros e IOF de R\$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R\$ 384.

(ii) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
	324.617	324.617

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme, a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.1.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (Nota Explicativa 1.1).

(b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado.

- (iii) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A “Cepasa” através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.1);
- (iv) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III “PIII” entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R\$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.1); e
- (v) Saldo de R\$ 221 apresentado em 30 de junho de 2024 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO, (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis nas controladas NEO e RAESA e das Debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.1.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o primeiro semestre de 2024, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referente ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R\$ 2.414 (R\$ 5.885 em 30 de junho de 2023).

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<u>Saldo a pagar:</u>				
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalís (i)	-	-	377.217	377.217
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	52.367	48.681	-	-
New Energy Options S.A. (ii)	10.223	9.668	-	-
	76.657	72.416	391.284	391.284
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	76.657	72.416	391.284	391.284

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.1 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores; e
- (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	30/06/2024	30/06/2023
Rio Amazonas Energia S.A.	(2.765)	(1.906)
Cia Energética do Uruguai S.A.	10	-
New Energy Options S.A.	(555)	-
	(3.310)	(1.906)

7.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Administradores (pró-labore)	580	949
Conselho de Administração e Fiscal	664	639
	1.244	1.588

8. Arrendamento
8.1. Arrendamento – arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e com a Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 30 de junho de 2024 e 2023, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento, são os seguintes:

Compromissos estimados	Consolidado		
	Recebimentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor Presente
2024	69.930	(10.765)	59.166
2025	139.861	(21.529)	118.332
2026 em diante	128.206	(19.735)	108.471
Em 30 de junho de 2024	337.997	(52.029)	285.969
Circulante	-	-	59.166
Não Circulante	-	-	226.803
Em 30 de junho de 2024	-	-	285.969
Circulante	-	-	56.993
Não Circulante	-	-	332.458
Em 30 de junho de 2023	-	-	389.451

O saldo de arrendamento a receber no primeiro semestre de 2024, é apresentado por seu valor original, acrescido da taxa de retorno de 5,73% a.a., e deduzido da parcela histórica dos valores recebidos ao longo do contrato, como segue:

Compromissos estimados	Consolidado		
	Recebimentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor Presente
2024	22.625	(11.807)	10.818
2025	45.251	(22.690)	22.561
2025 em diante	41.480	(19.666)	21.814
Em 30 de junho de 2024	109.356	(54.163)	55.193
Circulante	-	-	21.941
Não Circulante	-	-	33.252
Em 30 de junho de 2024	-	-	55.193
Circulante	-	-	20.752
Não Circulante	-	-	55.193
Em 30 de junho de 2023	-	-	75.945

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2023	85.893
Receita financeira	2.289
Amortização	(12.237)
Saldos em 30 de junho de 2023	75.945
Saldos em 01 de janeiro de 2024	65.714
Receita financeira	1.713
Amortização	(12.234)
Saldos em 30 de junho de 2024	55.193

8.2. Arrendamento – arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado
	30/06/2024
Direito de uso	
Saldo em 01 de janeiro de 2024	13.712
Amortização	(996)
Remensuração	(76)
Saldo em 30 de junho de 2024	12.640
Circulante	-
Não circulante	12.640
	Consolidado
	30/06/2024
Arrendamento a pagar	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	19.915
Variação monetária/juros	1.768
Pagamentos	(2.018)
Saldo em 30 de junho de 2023	19.665
Saldo em 01 de janeiro de 2024	18.670
Variação monetária/juros	1.491
Pagamentos	(2.140)
Saldo em 30 de junho de 2024	18.021
Circulante	883
Não circulante	17.138

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030.

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

Em 30 de junho de 2024, são conforme segue:

	Consolidado			
	Fluxo	Até	De 2	Mais de
	contratado	12 meses	a 5 anos	5 anos
Passivo de arrendamento	18.021	883	8.830	8.308

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o período findo em 30 de junho de 2024, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R\$ 899 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

9. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
New Energy Options Geração de Energia S.A.	6.124	6.325
Rio Amazonas Energia S.A.	26.995	29.020
(-) Provisão para perdas de estoques (i)	(10.198)	(10.198)
	22.921	25.147

- (i) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido a conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural.

10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora / Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos		
Cabo de Santo Agostinho/PE	782	782
Santa Rita/PB	2.603	2.603
	3.385	3.385

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos considerando o *impairment* no montante de R\$ 149, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R\$ 3.385.

A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

11. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	-	-	63.805	68.713
Software	21	22	882	925
	21	22	64.687	69.638

- (i) Refere-se ao intangível identificado relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da investida NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 30 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2023 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado		
	Software	PPA	Software	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	13	78.530	1.037	79.567
Adições	12	-	12	12
Amortização	(3)	(9.817)	(124)	(9.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22	68.713	925	69.638
Amortização	(1)	(4.908)	(43)	(4.951)
Saldo em 30 de junho de 2024	21	63.805	882	64.687



12. Investimento e provisão para perda de investimentos

12.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de Investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 30/06/2024	2007 Participações S.A (j)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	629.962	60.596	-	71	4	-	1	-	
Ativo não circulante	215.334	741.475	11.108	23.555	7.750	-	-	-	
Passivo circulante	907.359	178.096	1	100	35	584	2	2	
Passivo não circulante	209.605	787.046	24.040	53.116	969	24	7	7	
Receita líquida	17.491	82.878	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	27.210	3.725	-	(485)	(13)	(4)	(1)	(1)	
Patrimônio líquido	(271.668)	(163.071)	(12.931)	(29.590)	6.750	(608)	(8)	(9)	
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Valor contábil da provisão para passivo descoberto	(260.907)	(163.071)	(9.181)	(29.590)	-	(608)	(8)	(9)	(463.374)
Valor contábil do investimento	-	-	-	-	6.750	-	-	-	6.750
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(458.555)	(222.408)	(9.182)	(32.429)	-	(606)	(416)	(17)	(723.613)
Investimentos em 31/12/2022	-	-	-	-	5.233	-	-	-	5.233
Equivalência patrimonial	96.735	27.590	1	(488)	(12)	(5)	-	-	123.821
Provisão para perda de investimento em 30/06/2023	(361.820)	(194.818)	(9.181)	(32.917)	-	(611)	(416)	(17)	(599.780)
Investimentos em 30/06/2023	-	-	-	-	5.221	-	-	-	5.221
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(287.038)	(166.795)	(9.181)	(29.105)	-	(604)	(7)	(8)	(492.738)
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	6.763	-	-	-	6.763
Equivalência patrimonial - Investimento	-	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)
Equivalência patrimonial - Provisão para perda em investimento	26.128	3.724	-	(485)	-	(4)	(1)	(1)	29.361
Provisão para perda de investimento em 30/06/2024	(260.907)	(163.071)	(9.181)	(29.590)	-	(608)	(8)	(9)	(463.374)
investimentos em 30/06/2024	-	-	-	-	6.750	-	-	-	6.750

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

12.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 30 de junho de 2024, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$9.181.

12.3. Controladora – ativo

	<u>Monte Pascoal</u>
Investimentos em 01/01/2023	5.233
Equivalência patrimonial	(12)
Investimentos em 30/06/2023	<u>5.221</u>
Investimento em 31/12/2023	6.763
Equivalência patrimonial	(13)
Investimento em 30/06/2024	<u>6.750</u>

13. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CDBs – BNB (i)	99% CDI	-	-	27.667	26.308
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	100% CDI	-	-	57.564	54.838
CDBs – China Bank (ii)	98% CDI	-	-	-	37.088
Bradesco (ii)	95% CDI	-	-	11.060	10.742
Daycoval - Conta reserva (ii)	98% CDI	-	-	36.491	-
Outros depósitos vinculados		-	794	9.335	9.122
		-	794	142.117	138.098

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente; e

(ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança para a construção dos empreendimentos Alegria I e Alegria II, o montante aplicado em 2023 foi transferido para o Banco Daycoval em 2024.

14. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
				Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	(27)	13	14
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	(637)	194	209
		871	(664)	207	223

	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Consolidado	
					30/06/2024	31/12/2023
					Valor residual	Valor residual
Edificações, obras civis e benfeitorias (iv) e (v)	20,0%	112.643	(81)	(61.939)	50.623	60.436
Máquinas e equipamentos (i) e (v)	10,0% e 6,25%	1.079.252	(53.999)	(514.183)	511.070	531.601
Móveis e utensílios	6,25%	121	-	(81)	40	47
Custo para Desmobilização (ii)	-	11.337	-	(5.799)	5.538	5.818
Mais Valia (PPANEO) (iii)	3,3%	30.830	-	(6.851)	23.979	24.493
		1.234.183	(54.080)	(588.853)	591.250	622.395

- (i) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;
- (ii) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA conforme Nota Explicativa nº 18;
- (iii) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da NEO no exercício de 2017;
- (iv) Investimento da controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes; e
- (v) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R\$ 42.664 – Itapebi, R\$ 1.028 – Monte Pascoal, R\$ 10.307 – Termopower V, e R\$ 81 – Termopower VI).

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora			
	Edifícios, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	33	321	17	371
Baixa	(1)	(47)	(1)	(49)
Depreciação	(32)	(65)	(2)	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	209	14	223
Depreciação	-	(15)	(1)	(16)
Saldo em 30 de junho de 2024	-	194	13	207

	Consolidado					Total
	Edifícios, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo desmobilização	Mais valia	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	80.171	565.206	29	6.377	25.520	677.303
Adições	4	482	29	-	-	515
Baixas (i)	(1)	(4.666)	(2)	-	-	(4.669)
Transferência entre estoques (ii)	-	150	-	-	-	150
(Impairment) reversão (iii)	-	9.232	-	-	-	9.232
Depreciação	(19.738)	(38.803)	(9)	(559)	(1.027)	(60.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.436	531.601	47	5.818	24.493	622.395
Adições	-	-	6	-	-	6
Depreciação	(9.813)	(20.531)	(13)	(280)	(514)	(31.151)
Saldo em 30 de junho de 2024	50.623	511.070	40	5.538	23.979	591.250

- (i) Valor relacionado a controlada Monte Pascoal, referente ativos baixados em decorrência de inventários de ativos;
- (ii) Saldo líquido da depreciação referente as pás antigas transferidas para estoques de manutenção de peças; e
- (iii) O valor apresentado refere-se a reversão de *impairment* baseado na emissão de laudos sobre a avaliação dos ativos das controladas não operacionais Itapebi e Monte Pascoal, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedor nacional (i)	168	64	155.531	151.763
Outros fornecedores	-	-	3.752	3.780
	168	64	159.283	155.543
Circulante	168	64	16.004	18.398
Não circulante	-	-	143.279	137.145

- (i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente a dívida da RAESA junto à Vibra Energia no montante original de R\$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R\$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma:
- i) R\$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R\$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última em maio de 2025. Durante o primeiro semestre de 2024 e 2023 foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 4.608 e reconhecido a atualização financeira por INPC R\$ 9.978, (R\$ 9.037 em 30 de junho de 2023), o saldo final até 30 de junho de 2024 com o fornecedor é de R\$ 150.319 (R\$ 144.953 em 31 de dezembro de 2023). O pagamento do saldo remanescente de R\$ 99.000, está condicionado a obtenção de decisão favorável à RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R\$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R\$ 89.000 recebidos até dezembro de 2023.

16. Obrigações tributárias e impostos diferidos

16.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
IOF a recolher (i)	6.001	464	6.002	476
ICMS a recolher	-	-	4.093	4.334
IRPJ a recolher	-	-	1.170	-
CSLL a recolher	-	-	863	134
COFINS a recolher	-	-	1.769	2.291
PIS a recolher	-	-	369	468
Outros impostos a recolher	4	34	796	1.133
	6.005	498	15.062	8.836
Parcelamento tributos federais	-	-	-	174
	6.005	498	15.062	9.010
Circulante	6.005	498	15.062	9.010
Não circulante	-	-	-	-

(vi) Do montante apresentado na controladora, R\$ 5.536 refere-se ao saldo de parcelamento de IOF aderido em 2017, não consolidado pela Receita Federal do Brasil no PRT – Parcelamento para Regularização Tributária em 2019, quitado em julho de 2024.

16.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle e ações da investida NEO a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Impostos diferidos – Passivo	28.381	30.225
	28.381	30.225
Circulante	-	-
Não circulante	28.381	30.225

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado
Até 31 de dezembro de 2025	1.844
Até 31 de dezembro de 2026	3.687
Após 2026	22.850
	28.381



Notas Explicativas

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2024 é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Modalidade	Valor da contratação	Controladora						
			30/06/2024			31/12/2023			
			Saldo devedor	Saldo devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	
Bolognesi Energia S.A.	Debêntures	3.000	20.900	20.900	-	-	19.784	19.784	-
		3.000	20.900	20.900	-	-	19.784	19.784	-

Consolidado

Modalidade	30/06/2024			31/12/2023		
	Empréstimos	Custo de captação	Total do passivo	Empréstimos	Custo de captação	Total do Passivo
Debêntures	20.900	-	20.900	19.784	-	19.784
CCBs	1.049.732	(3.467)	1.046.265	1.039.963	(4.167)	1.035.796
Financiamento	298.346	(3.106)	295.240	318.824	(3.365)	315.459
	1.368.978	(6.573)	1.362.405	1.378.571	(7.532)	1.371.039

Consolidado

Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor da contratação	30/06/2024			31/12/2023		
				Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	20.900	20.900	-	19.784	19.784	-
Fundos de Pensão (1º emissão)	RAESA	CCBs(i)	176.239	476.398	476.398	-	452.175	452.175	-
Fundos de Pensão (2º emissão)	RAESA	CCBs(i)	69.090	400.665	400.665	-	397.036	397.036	-
Fundos de Pensão	NEO	CCBs(i)	177.200	172.668	44.596	128.072	190.751	38.510	152.242
Banco do Nordeste do Brasil	NEO	Financiamento(ii)	648.749	298.347	41.329	257.018	318.825	41.076	277.748
				1.368.978	983.888	385.090	1.378.571	948.581	429.990
		Custo de transação		(6.573)	(3.467)	(3.106)	(7.532)	(4.167)	(3.365)
				1.362.405	980.421	381.984	1.371.039	944.414	426.625

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. Prece, Celos e Postalis estão com suas negociações em andamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo; e

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Consolidado							
Financiadores/ credores	Devedor	Atividade	Modalidade	Taxas	Contratação	Início	Término
Bolognesi				9,50% a.a. +			
Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	IGP-M	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
Fundos de Pensão (1ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,75% a.a. + IGP-M	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2026
Fundos de Pensão (2ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,00% a.a. + IGP-M	20/04/2006	15/06/2007	15/10/2026
Fundos de Pensão	NEO	Eólica	CCB	9,13% a.a. + IGP-M	22/09/2009	22/10/2011	22/09/2029
BNB	NEO	Eólica	Financiamento	7,50%a. a	22/09/2009	23/01/2013	23/12/2030

O cronograma de amortizações da dívida classificada no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	
2025	77.118
2026	94.366
Após 2026	210.500
Total	381.984

Covenants

Em decorrência da reestruturação financeira, conforme Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia e suas subsidiárias estão negociando junto aos credores para que parte das dívidas consolidadas, ainda remanescentes, sejam convertidas em capital ou alongadas.

As CCBs da controlada indireta RAESA, possuem determinadas cláusulas restritivas que de acordo com a reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado, com exceção das CCBs da Celos Multifuturo Fundo de Investimento Multimercado. A Companhia reforça que existem tratativas de acordo em andamento, todavia ainda não finalizadas, atendendo ao princípio de prudência, as CCBs foram reclassificadas para circulante e, definido o fluxo pós negociação terá seu devido tratamento.

A controlada direta NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ("Petros").

O não cumprimento da obrigação acima mencionada pode vir a gerar *cross default* no financiamento firmado junto ao BNB.

Em 30 de junho de 2024, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- aplicações financeiras em NEO;
- penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- penhor das ações da Sociedade de NEO;
- fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- hipoteca do terreno da RAESA.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.1, no que se refere o acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs que se encontram vencidas junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 30 de junho de 2024, nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.1.

18. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para desmobilização	77.244	75.109
(-) AVP do custo de desmobilização	(29.618)	(30.251)
	47.626	44.858

A movimentação pode ser assim apresentada:

	30/06/2024
Saldo inicial	44.858
(+) Atualização monetária do custo	2.135
(+) Realização do AVP	633
(=) Saldo final	47.626

19. Outros créditos e outras obrigações

19.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	-	-	3.426	3.154
Sub-rogação CCC (ii)	-	-	-	2.683
Despesas antecipadas (iii)	155	187	5.850	1.226
Adiantamentos para futuro aumento de capital (iv)	2.876	2.314	2.876	2.314
Depósitos judiciais (v)	5.167	5.167	5.476	5.452
Adiantamento a fornecedores (vi)	18	97	3.801	3.373
Outros créditos	225	225	234	240
	8.441	7.990	21.663	18.442
Circulante	398	509	13.311	10.676
Não circulante	8.043	7.481	8.352	7.766

- (i) Refere-se aos investimentos em projetos de P&D em andamento pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- (ii) A controlada indireta RAESA foi enquadrada por meio da Resolução Autorizativa nº 8924 na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, relativo à conversão de combustível dos motores da UTE Cristiano Rocha, correspondente a subvenção para investimento, estabelecido em R\$102 milhões que foram pagos conforme a comprovação da redução do dispêndio referente aos reembolsos de consumo de óleo combustível de geração de energia ocorrido até setembro de 2021;
- (iii) O aumento em despesas antecipadas está concentrado na controlada indireta Raesa e refere-se à renovação do seguro operacional por um período de 18 meses;
- (iv) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital das investidas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da investida CEU que está em discussão entre os Administradores. Do saldo apresentado em 30 de junho de 2024 o montante de R\$ 562 foi constituído durante o primeiro semestre de 2024;
- (v) Na controladora o valor de R\$ 5.167 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente as transações entre partes relacionadas e no consolidado o valor de R\$ 286 está concentrado na controlada NEO, sobre contingências com fornecedor de equipamentos dos parques eólicos; e
- (vi) O aumento desta rubrica decorre de dispêndios para fornecedores de materiais e serviços empenhados na manutenção preventiva dos motores da controlada indireta Raesa.

19.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
P&D (i)	-	-	12.613	11.435
Suprimento de Energia Eletrica (ii)	-	-	84.001	62.998
CUST transmissão	-	-	1.457	1.441
Provisões diversas	20	205	3.525	4.838
Obrigações sociais e trabalhistas	256	513	1.108	1.162
	276	718	102.704	81.874
Circulante	276	718	101.152	80.882
Não circulante	-	-	1.552	992

(i) Refere-se a provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema; e

(ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 22.2).

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos as ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 30 de junho de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 855.828 integralizado e R\$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações. A seguir a composição das ações:

Acionistas	Quantidade	%	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.297		7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferencias de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R\$ 543.916 em 30 de junho de 2024.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente a transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 87.870.

e) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.1.

A tabela a seguir apresenta o lucro líquido básico por ação em 30 de junho de 2024 e 2023:

Lucro líquido por ação	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Numerador		
Lucro líquido do período	18.133	127.985
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
Lucro líquido básico por ação		
Lucro líquido básico por ação ordinária	1,17704	8,30766
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classes A e B	1,29474	9,13843
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classe C	1,28297	9,05535
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classe D	1,27120	8,97228
Composição do lucro		
Lucro líquido básico por ação ordinária	9.272.380	65.445.624
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classes A e B	8.860.618	62.539.358
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classe C	1,2830	9,0554
Lucro líquido básico por ação preferencial – Classe D	1,2712	9,0554
Total	18.133.000	127.985.000

21. Passivos contingentes

21.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Demandas judiciais Combinação de Negócios (i)	-	-	2.180	2.180
CCEE – Proinfa (ii)	-	-	20.571	20.348
Outros processos	47	45	928	3.129
Total	47	45	23.679	25.657

- (i) Contingências de origens cíveis de processos com fundiários sendo o maior valor de R\$ 1.949 atualizados, com prognóstico de perda possível identificado na combinação de negócios da investida NEO ocorrido em 2017. Conforme pronunciamento técnico, CPC 15 item 23, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, o passivo contingente assumido na Combinação de Negócios mesmo que o prognóstico de perda não seja provável. Em julho de 2023 o montante de R\$ 1.949 obteve seu prognóstico alterado para provável. O valor envolvido foi alterado para representar o valor atualizado da condenação imposta à Companhia; e
- (ii) O montante refere-se a obrigações junto a CCEE, decorrente a créditos de energia que a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras como provável cobrança do órgão regulador.

21.2. Causas possíveis

Em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R\$ 310.731 na Controladora (R\$ 5.731 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 316.459 no consolidado (R\$ 19.966 em 31 de dezembro de 2023), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

Polo Ativo	Passivo	Natureza	Controladora		Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2023
Construtora Jole (i) e diversos	P. IV	Cível	-	-	396	8.348
Diversos trabalhistas (ii)		Trabalhista	854	-	1.062	89
IOF (iii)	Multiner	Tributário	5.731	5.731	5.731	5.731
Outros processos (iv)		Diversos	-	-	5.077	5.798
ANEEL (v)	NEO	Regulatória	-	-	695	-
ANEEL (vi)	RAESA	Regulatória	-	-	6.466	-
ANEEL (vii)	Multiner	Regulatória	163.421	-	163.421	-
ANEEL (viii)	Multiner	Regulatória	133.611	-	133.611	-
Total causas possíveis			303.617	5.731	316.459	19.966

- (i) Trata-se de ação de contraprestação de serviços interrompidos da Construtora Jole Ltda., o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença. No primeiro semestre de 2024 o processo foi julgado com sentença favorável para a Companhia. O montante de R\$396 apresentado em junho de 2024, refere-se a contingências cíveis que trata de cessão de imóveis onde foram implantados os parques eólicos da controlada New Energy;
- (ii) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros;

- (iii) Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras "IOF" do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo;
- (iv) A redução está relacionada ao processo administrativo de natureza fiscal, na controlada indireta Raesa, decorrente a compensação de impostos que aguarda o processamento da compensação para extinção do débito;
- (v) Trata-se de ação ajuizada pela controlada NEO em face da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), visando a anulação das sanções administrativas de advertência e multa, no valor histórico de R\$ 368, aplicadas por suposto descumprimento do cronograma de implantação e execução do projeto em desacordo com o *layout* apresentado e aprovado pela Aneel. Em 2016, foi proferida sentença de procedência do pedido, com recurso de apelação interposto pela Aneel, pendente de julgamento. A classificação em 30 de junho de 2024 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 695;
- (vi) Trata-se de ação ajuizada pela controlada indireta RAESA em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela RAESA. Em setembro de 2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da RAESA em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela RAESA, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 30 de junho de 2024 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 6.466;
- (vii) Multiner S.A. e suas controladas, Termelétrica Monte Pascoal S.A., Termelétrica Itapebi S.A., ajuizaram a ação judicial número 0053628-98.2012.4.01.3400, com o objetivo de anular ato administrativo da ANEEL que determinou a execução do seguro garantia apresentado pelas referidas companhias, em razão de suposto descumprimento do cronograma de implantação atrelado ao CCEAR celebrado em decorrência do Leilão de Energia nº 02/2007. Em 2016 foi proferida sentença julgando procedente o pedido, declarando nulo os despachos da Aneel nºs 2250, 2251 e 225, todos do ano de 2012, bem como dos atos deles decorrentes e subsequentes, sem prejuízo dos demais atos praticados no processo administrativo pertinente: notificação, defesa prévia e demais atos, ressalvado o direito da Aneel de proceder à cobrança das apólices dos seguros-garantia, após a apuração do quanto devido, por procedimento específico a esta finalidade. A Aneel interpôs recurso de apelação, pendente de julgamento. A classificação em 30 de junho de 2024 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 163.421; e
- (viii) A Multiner S.A. e suas controladas, Termelétrica Pernambuco IV S.A. e A&G Energia Empreendimentos Ltda, ajuizaram a ação judicial número 0061003-53.2012.4.01.3400, com o objetivo de anular ato administrativo da ANEEL que determinou a execução do seguro garantia apresentado pelas referidas companhias, em razão de suposto descumprimento do cronograma de implantação atrelado ao CCEAR celebrados em decorrência do Leilão de Energia nº 02/2008. Em 2019 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido, condenando as autoras ao pagamento de custas do processo e honorários sucumbenciais em 10% do valor da causa. Processo com tutela de urgência deferida para suspender a tramitação do processo administrativo. Recurso de Apelação interposto pelas autoras, pendente de julgamento. A classificação em 30 de junho de 2024 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 133.611.

As ações mencionadas no item (vii) e (viii), a consequência imediata de eventual julgamento final desfavorável em ambas as ações, será a execução dos seguros-garantia pela Aneel perante a seguradora, sendo o valor da garantia referente à Termelétrica Itapebi S.A. no montante histórico de R\$ 20.302 milhões, referente à Termelétrica Monte Pascoal S.A. no montante histórico de R\$ 20.431 milhões e referente à Termelétrica Pernambuco IV S.A. no montante histórico de R\$ 32.938 milhões, com eventual pagamento do prêmio pelas autoras.

22. Receita operacional líquida

	Consolidado		Consolidado	
	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023
Vendas de energia contratada (i)	145.660	155.169	72.330	76.668
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(52.206)	(28.614)	(24.086)	(15.340)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	25.178	25.680	12.635	8.882
Outras receitas operacionais	185	98	34	51
Total receita operacional bruta	118.817	152.333	60.913	70.261
ICMS	(6.347)	(5.875)	(3.156)	1.211
COFINS	(9.211)	(8.653)	(4.574)	(4.417)
PIS	(2.000)	(1.878)	(993)	(959)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(890)	(922)	(445)	(466)
Outras deduções	-	-	-	-
Total deduções	(18.448)	(17.328)	(9.168)	(4.631)
Receita operacional líquida	100.369	135.005	51.745	65.630

- (i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e BIN S.A.;
- (ii) Durante o primeiro semestre de 2024 houve uma entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2023. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA; e
- (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

22.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e receita de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

Segmentos	30/06/2024		30/06/2023	
	Fonte eólica	Fonte térmica	Fonte eólica	Fonte térmica
Vendas de energia	145.660	-	155.169	-
Suprimento de energia elétrica	(52.206)	-	(28.614)	-
Receita com operação e manutenção –	-	25.178	-	25.680
Outras receitas	-	185	98	-
Total receita bruta	93.454	25.363	126.653	25.680

22.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	73.293	70.159
Suprimento de Energia elétrica (Nota Explicativa nº 19.2 (ii))	84.001	62.998

Para o período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou indícios de perda do valor

recuperável para os ativos de contrato.

22.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Arelado a obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e manutenção da Usina e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

23. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado		Consolidado	
	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023
Custo de depreciação	(29.363)	(26.737)	(14.811)	(12.382)
Operação e manutenção (i)	(32.054)	(40.221)	(14.769)	(17.845)
Salários e encargos (ii)	(4.035)	(7.781)	(2.010)	(2.608)
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(9.058)	(8.468)	(4.569)	(4.251)
Amortização mais-valia (iii)	(5.422)	(5.422)	(2.711)	(2.711)
Custos de seguros	(3.109)	(2.796)	(1.581)	(1.430)
Aluguel de máquinas e equipamentos (iv)	(624)	(5.673)	(126)	(2.720)
Compra de energia para cobertura de	-	(7)	-	(7)
Outros custos	(2.487)	(2.748)	(1.520)	(1.057)
Total custos operacionais	(86.152)	(99.853)	(42.097)	(45.011)

- (i) A variação entre os períodos é devido ao cronograma de manutenção corretiva, das pás eólicas da controlada NEO, relativo a contratação de serviços de terceiros, compra de peças e materiais, fretes e impostos não recuperáveis realizado no primeiro semestre de 2023;
- (ii) A redução entre os períodos está relacionada a terceirização da operação e manutenção da controlada indireta Raesa no montante de R\$ 1.960 e realização de remuneração variável decorrente as metas de 2022 no montante de R\$ 1.784;
- (iii) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação; e
- (iv) Acréscimo no primeiro semestre de 2023 decorrente dos serviços de locação de maquinários decorrente da implementação do cronograma com manutenções corretivas das pás eólicas da controlada NEO.

24. Despesas operacionais

24.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023
Serviços jurídicos	(234)	(167)	(979)	(1.159)	(209)	(185)	(752)	(331)
Prestação de serviços de terceiros (i)	(251)	7.247	(2.771)	5.994	(171)	7.304	(1.415)	6.801
Provisão para demandas judiciais (ii)	(2)	219	1.130	385	(2)	219	1.130	385
Honorários da Administração	(122)	(232)	(680)	(1.036)	(88)	(107)	(462)	(488)
Honorários de Conselho	(140)	(156)	(664)	(639)	(70)	(81)	(333)	(334)
Serviços de auditoria	(145)	(294)	(201)	(790)	(109)	(147)	(158)	(406)
Reversão para devedores duvidosos (ii)	-	-	-	8.188	-	-	-	2.731
Armazenagem	-	-	(391)	(385)	-	-	(195)	(191)
Despesas de viagens	(2)	(23)	(74)	(178)	(1)	(9)	(30)	(96)
Salários e encargos (iii)	(331)	459	(331)	459	(145)	(399)	(145)	(399)
Outras despesas operacionais	(86)	(272)	(1.036)	(1.682)	(41)	(154)	(517)	(797)
Total despesas gerais e administrativas	(1.313)	6.781	(5.997)	9.157	(836)	6.441	(2.877)	6.875

- (i) O saldo apresentado na controladora no semestre findo em 30 de junho de 2023, está relacionado ao acordo com prestador de serviços com redução do montante devido de R\$ 7.400 do valor principal. No consolidado a variação está concentrada na controlada NEO, decorrente das contratações de assessorias e consultorias acerca dos trabalhos de reparo das pás eólicas;

- (ii) Em 2021, na controlada RAESA registrou PECLD oriundos dos créditos do CCC – Isol, o montante foi revertido conforme o reprocessamento parcial pela CCEE, durante o primeiro semestre de 2023 foi revertido R\$ 8.188; e
- (iii) Variação na controladora está relacionada a reestruturação administrativa ocorrida em 2023, e o valor positivo apresentado no primeiro semestre de 2023, está relacionada a reversão da provisão de remuneração variável constituída na controladora no exercício de 2022 e realizada nas controladas no primeiro trimestre de 2023.

24.2. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023
Sub-rogação CCC (i)	-	-	-	25.159	-	-	-	12.383
Outras receitas (despesas)	-	5	-	80	-	1	1	11
Total outras receitas e despesas	-	5	-	25.239	-	1	1	12.394

(i) A controlada indireta RAESA foi enquadrada por meio da Resolução Autorizativa nº 8924 na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), relativo à conversão de combustível dos motores da UTE Cristiano Rocha que proporcionaram a redução do dispêndio referente aos reembolsos de consumo de óleo combustível de geração de energia, o valor estabelecido do benefício é de R\$ 102.137, corrigidos anualmente pelo IPCA. O montante apresentado refere-se ao reembolso durante o primeiro semestre de 2023, reembolsos finalizados no final do exercício de 2023.

25. Resultado financeiro**25. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023
Rendimento de aplicação financeira (i)	90	70	29.833	24.519	32	35	15.805	12.550
Juros ativos sobre mútuos	9	-	-	-	2	-	-	-
Juros ativos sobre créditos tributários	1	3	1.956	1.498	1	1	314	830
Variações cambial ativa	-	-	200	754	-	-	-	732
Juros sobre arrendamento financeiro (ii)	-	-	1.713	2.289	-	-	820	1.107
Receita de arrendamento financeiro (iii)	-	-	59.524	62.116	-	-	29.761	31.449
Receita de reprocessamento CCEE (iv)	-	-	-	15.490	-	-	-	5.242
Bônus adimplência (v)	-	-	4.108	4.570	-	-	2.033	2.277
Descontos obtidos	1	1	2	19	-	-	1	15
Total de receitas financeiras	101	74	97.336	111.255	35	36	48.734	54.202
Juros sobre empréstimos	-	-	(48.064)	(52.191)	-	-	(24.198)	(25.637)
Juros sobre debêntures	(1.033)	(613)	(1.033)	(613)	(558)	(118)	(558)	(118)
Juros passivos sobre mútuos	(3.320)	(1.906)	-	-	(1.732)	(931)	-	-
Custo de captação	-	-	(959)	(953)	-	-	(480)	(479)
Multas e acréscimos sobre débitos tributários	-	(7)	(59)	(842)	-	(7)	(27)	(46)
Acréscimos contratuais (vi)	-	-	(9.978)	(9.037)	-	-	(4.455)	(3.912)
Variações monetárias sobre empréstimos (vii)	-	-	(8.268)	25.550	-	-	(10.765)	28.972
Variações monetárias sobre debêntures (vii)	(82)	177	(82)	177	(59)	227	(59)	227
Variações monetárias outras	-	1	(469)	(41)	-	827	(454)	858
Impostos sobre Operação Financeira (IOF) (viii)	(5.551)	(332)	(6.380)	(844)	(5.551)	(263)	(5.637)	(335)
Atualização de arrendamentos	-	-	(1.509)	(1.910)	-	-	(744)	(817)
Provisão para desmobilização	-	-	(2.134)	(2.577)	-	-	(767)	(1.140)
Outras despesas financeiras	(17)	(16)	(2.902)	(2.590)	(9)	(8)	(1.291)	(1.109)
Total de despesas financeiras	(10.003)	(2.696)	(81.837)	(45.871)	(7.909)	(273)	(49.435)	(3.536)

- (i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira Taxa DI 11,68% no acumulado até 30 de junho de 2024, (13,54% até 30 de junho de 2023);
- (ii) Atualização de arrendamento a receber conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.1;
- (iii) Receita líquida dos impostos, referente aos recebimentos do contrato de arrendamento conforme CPC 06 da controlada indireta RAESA;

- (iv) Reconhecimento da atualização financeira data base de 30 de junho de 2023 pelo IPCA-E de acordo com o Despacho ANEEL 2.204 de agosto de 2022, em decorrência ao reprocessamento mensal dos créditos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) do período de julho de 2009 a abril de 2017, totalizando R\$ 89.966, pagos em 24 parcelas mensais e consecutivas atualizadas. Durante o primeiro semestre de 2023 a controlada recebeu o crédito total de R\$23.678, sendo, R\$15.590 de atualização financeira;
- (v) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB;
- (vi) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (vide Nota Explicativa nº 15);
- (vii) A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, vide saldos conforme (Nota Explicativa nº 17), sendo, 2,45% em junho de 2024, e (-6,86% em junho de 2023) a Companhia e suas controladas obtiveram um resultado positivo no primeiro semestre de 2023; e
- (viii) Refere-se ao saldo de parcelamento de IOF aderido em 2017, não consolidado pela Receita Federal do Brasil no PRT – Parcelamento para Regularização Tributária em 2019, quitado em julho de 2024.

26. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real, e, no segundo semestre findo em 30 de junho de 2024, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R\$ 976.246 (R\$ 970.491 em 30 de junho de 2023).



Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023	01.04.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.846	86.242	18.133	127.985	6.072	90.554	23.719	134.933
IRPJ e CSLL (34%)	(1.307)	(29.322)	(6.165)	(43.515)	(2.064)	(30.788)	(8.064)	(45.877)
Efeitos fiscais sobre:								
Equivalência patrimonial	4.269	27.212	9.978	42.099	1	-	-	2
Despesas indedutíveis e Permanentes	(62)	4.232	0	2.857	(733)	10.337	1.809	8.562
Incentivos fiscais	-	-	-	-	4.271	13.684	9.297	17.353
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(2.899)	(602)	(3.813)	(1.440)	19.809	39.500	20.828	44.870
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	-	(10.719)	(25.984)	(16.885)	(20.116)
Outros	-	-	-	-	(2.765)	(1.843)	(1.843)	(1.843)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-	(7.039)	(16.520)	(15.645)	(22.146)
IRPJ e CSLL Incentivos fiscais (SUDENE/SUDAM)	-	-	-	-	4.271	13.684	9.297	17.353
IRPJ e CSLL Diferido	-	-	-	-	921	921	1.843	1.843
Alíquota efetiva - %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30,42%	2,11%	18,99%	2,19%

27. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionada a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2024, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Cobertura	Vigência	Consolidado	
		Importância Segurada	Prêmio equivalente
Risco operacional – NEO	06/01/2025	346.762	1.943
Responsabilidade civil – NEO	01/08/2025	20.000	14
Risco operacional – RAESA	31/05/2025	135.000	6.065
Responsabilidade civil - RAESA	01/08/2025	20.000	14
Risco operacional – Itapebi	27/10/2024	30.000	172
Risco operacional – Monte Pascoal	16/08/2024	6.104	28
Responsabilidade da Administração - Multiner	02/06/2025	60.000	88
		617.866	8.324

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2024, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nível	Controladora			
		30/06/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	1.017	1.017	1.153	1.153
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(a))	Nível 2	410.348	410.348	410.519	410.519
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 15)	Nível 1	168	168	64	64
Partes relacionadas (Nota 7.1b)	Nível 2	76.657	76.657	72.416	72.416
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	Nível 2	20.900	20.900	19.784	19.784
	Mensuração	Consolidado			
		30/06/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 1	548.589	548.589	436.317	436.317
Contas a receber (Nota 5)	Nível 2	73.293	73.293	70.159	70.159
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(a))	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 15)	Nível 1	159.283	159.283	155.543	155.543
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(b)) (i)	Nível 2	391.284	391.284	391.284	391.284
Passivos de arrendamento (Nota 8.2)	Nível 2	18.021	18.021	18.670	18.670
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	Nível 2	1.362.405	1.362.405	1.371.039	1.371.039

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Em relação aos financiamentos e debêntures, em decorrência de não cumprimento das cláusulas restritivas o montante de R\$ 859.873 encontram-se vencidas e o valor contábil reflete o valor justo.

Hierarquia de valor justo

A tabela adiante apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	Nível	Controladora			
		30/06/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	1.017	1.017	1.153	1.153
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(a))	Nível 2	410.348	410.348	410.519	410.519
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 15)	Nível 1	168	168	64	64
Partes relacionadas (Nota 7.1b)	Nível 2	76.657	76.657	72.416	72.416
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota	Nível 2	20.900	20.900	19.784	19.784
	Mensuração	Consolidado			
		30/06/2024		31/12/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 1	548.589	548.589	436.317	436.317
Contas a receber (Nota 5)	Nível 2	73.293	73.293	70.159	70.159
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(a))	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 15)	Nível 1	159.283	159.283	155.543	155.543
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(b)) (i)	Nível 2	391.284	391.284	391.284	391.284
Passivos de arrendamento (Nota 8.2)	Nível 2	18.021	18.021	18.670	18.670
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota	Nível 2	1.362.405	1.362.405	1.371.039	1.371.039

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. a companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e
- **empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- risco de liquidez;
- risco de crédito; e
- riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

Controladora							
30 de junho de 2024	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 15)	168	168	168	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	20.900	20.900	20.900	-	-	-	-

Consolidado							
30 de junho de 2024	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 15)	159.283	159.283	16.004	143.279	-	-	-
Passivos de arrendamento (Nota 8.2)	18.021	18.021	883	1.766	2.649	4.415	8.308
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.362.405	1.362.405	980.421	77.118	94.366	143.486	67.014

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado as empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.017	1.153	548.589	436.317
Contas a receber (Nota 5)	-	-	73.293	70.159
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(a))	410.348	410.519	408.117	408.117

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.017	1.153	548.589	436.317
Contas a receber (Nota 5)	-	-	73.293	70.159
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(i))	410.348	410.519	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (Nota 15)	168	64	159.283	155.543
Mútuos com partes relacionadas (Nota 7.1(i))	76.657	72.416	391.284	391.284
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	20.900	19.784	1.362.405	1.371.039

- (i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2024

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de junho de 2024. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
		Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
		(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)
Instrumentos financeiros passivos	30/06/2024					
Variação do índice		5,33%	7,99%	10,65%	13,32%	15,98%
Debêntures (Nota 17)	20.900					
Exposição		1.113	1.670	2.226	2.783	3.339
		Controladora				
		Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
		(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)
Instrumentos financeiros passivos	31/12/2023					
Variação do índice		2,79%	4,19%	5,58%	6,98%	8,38%
Debêntures (Nota 17)	19.784					
Exposição		552	829	1.105	1.381	1.657
		Consolidado				
		Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
		(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)
Instrumentos financeiros passivos	30/06/2024					
Variação do índice		5,33%	7,99%	10,65%	13,32%	15,98%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.362.405					
Exposição		72.563	108.844	145.125	181.407	217.688
		Consolidado				
		Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
		(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)
Instrumentos financeiros passivos	31/12/2023					
Variação do índice		2,79%	4,19%	5,58%	6,98%	8,38%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.371.039					
Exposição		38.283	57.425	76.566	95.708	114.849

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo adiante.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- aplicações financeiras;
- clientes;
- empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- fornecedores.

29. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Os passivos decorrentes das atividades de financiamentos são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrente de atividade de financiamento:

	Controladora					Consolidado						
	Debêntures		Partes relacionadas			Debêntures		Empréstimos e financ.		Partes Relacionadas		
	Passivo circulante	Total	Ativo Circulante	Passivo Não circulante	Líquido	Passivo circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Ativo Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2023	19.784	19.784	410.519	(72.416)	338.103	19.784	19.784	(924.630)	(426.625)	(1.351.255)	408.117	408.117
Pagamento de principal	-	-	-	-	-	-	-	28.272	-	28.272	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	-	-	-	-	38.771	-	38.771	-	-
Empréstimo captados com partes relacionadas	-	-	-	(1.808)	(1.808)	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo concedidos a partes relacionadas	-	-	6	-	6	-	-	-	-	-	-	-
Encargos sobre operações de mútuos	-	-	(12)	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Custos de captação	-	-	-	-	-	-	-	(960)	-	(960)	-	-
Juros ativos sobre operações de mútuo	-	-	10	-	10	-	-	-	-	-	-	-
Juros passivos sobre operações de mútuo	-	-	-	(3.320)	(3.320)	-	-	-	-	-	-	-
Juros passivos sobre debêntures	1.034	1.034	-	-	-	1.034	1.034	-	-	-	-	-
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos CCBS	-	-	-	-	-	-	-	(48.065)	-	(48.065)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-	(1.450)	-	(1.450)	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	1.275	887	2.162	-	-	-	-	-	-	-
Variação monetária	82	82	-	-	-	82	82	(8.268)	-	(8.268)	-	-
Reclassificação entre curto e longo	-	-	-	-	-	-	-	(44.641)	44.641	-	-	-
Em 30 de junho de 2024	20.900	20.900	410.348	(76.657)	333.691	20.900	20.900	(959.521)	(381.984)	(1.341.505)	408.117	408.117

Notas Explicativas**30. Informações por segmento de negócios**

As receitas e o lucro gerado por cada um dos segmentos operacionais e os principais ativos e passivos da Companhia são resumidos da seguinte forma:

30.1. Demonstração de resultado

	30/06/2024				Consolidado
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Térmicas com outorgas revogadas	Corporativo/Holding eliminações	
Receita operacional líquida	82.878	17.491	-	-	100.369
Custo das vendas/serviços prestados	(55.939)	(30.213)	-	-	(86.152)
Lucro bruto	26.939	(12.722)			14.217
Gerais e administrativas	(2.618)	(1.557)	(509)	(1.313)	(5.997)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Resultado de equívência patrimonial	-	-	-	-	-
Total resultado operacional	24.321	(14.279)	(509)	(1.313)	8.220
Despesas financeiras	(32.490)	(42.673)	-	(6.674)	(81.837)
Receitas financeiras	12.765	87.799	-	(3.228)	97.336
Total resultado financeiro	(19.725)	45.126	-	(9.902)	15.499
Resultado antes do IR/CSLL	4.596	30.847	(509)	(11.215)	23.719
IRPJ e CSLL	(871)	(3.634)	-	-	(4.505)
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.725	27.213	(509)	(11.215)	19.214

	30/06/2023				Consolidado
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Térmicas com outorgas revogadas	Corporativo/Holding eliminações	
Receita operacional líquida	117.058	17.947	-	-	135.005
Custo das vendas/serviços prestados	(72.572)	(27.281)	-	-	(99.853)
Lucro bruto	44.486	(9.334)			35.152
Gerais e administrativas	(3.389)	6.272	(507)	6.781	9.157
Outras receitas (despesas) operacionais	72	25.162	-	5	25.239
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	1	1
Total resultado operacional	41.169	22.100	(507)	6.787	69.549
Despesas financeiras	(30.286)	(14.795)	-	(790)	(45.871)
Receitas financeiras	14.864	98.223	-	(1.832)	111.255
Resultado antes do IR/CSLL	25.747	105.528	(507)	4.165	134.933
IRPJ e CSLL	1.843	(4.793)	-	-	(2.950)
Lucro (prejuízo) do período	27.590	100.735	(507)	4.165	131.983

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

30.2. Principais ativos e passivos

	30/06/2024				Consolidado
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Térmicas com outorgas revogadas	Corporativo/Holding eliminações	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	16.809	530.762	-	1.018	548.589
Contas a receber	29.733	43.560	-	-	73.293
Tributos a recuperar	5.656	60.073	2	287	66.018
Arrendamento mercantil	-	55.193	-	-	55.193
Imobilizado e intangível	577.259	47.145	31.305	228	655.937
Partes relacionadas	10.223	80.122	-	317.772	408.117
Demais ativos	162.391	28.441	74	11.820	202.726
Total dos ativos	802.071	845.296	31.381	331.125	2.009.873
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e	467.908	873.597	-	-	1.341.505
Fornecedores	3.088	155.313	714	168	159.283
Partes relacionadas	288.286	89.152	53.506	(39.660)	391.284
Obrigações tributárias	1.459	7.598	-	6.005	15.062
Outras obrigações	204.401	14.130	626	31.336	250.493
Demais passivos	(163.071)	(294.494)	(23.465)	333.276	(147.753)
Total dos passivos	802.071	845.296	31.381	331.125	2.009.873

	31/12/2023				Consolidado
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Térmicas com outorgas revogadas	Corporativo/Holding eliminações	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	15.689	419.475	-	1.153	436.317
Contas a receber	26.100	44.059	-	-	70.159
Tributos a recuperar	4.812	94.125	3	310	99.250
Arrendamento mercantil	-	65.714	-	-	65.714
Imobilizado e intangível	603.584	56.899	31.305	245	692.033
Partes relacionadas	-	-	-	410.519	410.519
Demais ativos	167.103	105.416	221	(76.358)	196.382
Total dos ativos	817.288	785.688	31.529	335.869	1.970.374
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e	505.293	845.962	-	19.784	1.371.039
Fornecedores	3.327	151.342	809	64	155.542
Partes relacionadas	288.473	89.152	-	13.659	391.284
Obrigações tributárias	1.341	7.171	-	498	9.010
Outras obrigações	185.650	13.768	610	613	200.641
Demais passivos	(166.796)	(321.707)	30.110	301.251	(157.142)
Total dos passivos	817.288	785.688	31.529	335.869	1.970.374

31. Eventos Subsequentes

Renovação de contrato de seguro

Em 01 de agosto de 2024, foi realizada a renovação da apólice de seguros de risco civil das controladas Raesa e NEO, cuja nova vigência se estende até 01 de agosto de 2025.

Notas Explicativas

Diretoria

Tobias Reis Monteiro - Diretor Presidente

Emiliano F. Stipanovic Spyer - Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano

Alessandro Di Domenico

Carlos Alberto Zachert

Eduardo Badyr Donni

Conselho Fiscal

Jefferson da Silva Barbosa – Titular

Fábio Antônio Pereira – Titular

João Verner Juenemann – Titular

José Luiz Petrini – Titular

Eduardo Georges Chehab – Titular

Lucio Alves Filgueiras – Suplente

Paulo Euclides Bonzanini – Suplente

Contadora

Carolina Andrade Cassim

CRC 1SP234149/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1, em 30 de junho de 2024, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulados de R\$ 1.448.845 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R\$136.971 mil e consolidado de R\$ 147.753 mil, e naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante individual em R\$ 25.647 mil e consolidado em R\$ 421.191 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”), conforme descrito na Nota Explicativa no 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Contrato de reorganização e procedimento arbitral

Conforme Nota Explicativa no 1.1, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. (“Partes”), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a conseqüente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2024 não contemplam quaisquer efeitos decorrentes desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a

procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Emiliano F. Stipanivic Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas correspondente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024 da Companhia apresentado sem ressalvas e com ênfase, elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. São Paulo, 13 de agosto de 2024.

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Emiliano F. Stipanovic Spyer
Diretor de Relações com Investidores